

Funaro é contra pagar os juros

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — O ex-ministro Dílson Funaro considera que o pagamento simbólico que o Brasil está admitindo fazer aos bancos credores constituirá um grave erro, acreditando que só a presença de delegados brasileiros na mesa de negociações já é um sinal do desejo de se caminhar para uma solução, mas que isso não deve ser medido pelo montante de um cheque. Essas declarações fazem parte de uma longa entrevista concedida pelo ex-ministro da Fazenda ao jornal parisiense **Liberation**, a primeira que ele dá a um jornal europeu desde que deixou a Pasta. Nessa entrevista, Funaro admite sua própria candidatura à presidência da República ao afirmar: "Ninguém pode es-

quivar-se quando tem a oportunidade de servir à Nação".

Dílson Funaro analisa também as conseqüências da crise que atingiu esta semana os mercados financeiros internacionais, responsabilizando a atual política norte-americana, pois a seu ver, desde o início dos anos 80 a economia dos Estados Unidos necessita de ajustamentos. Lembrou que a queda do dólar só pôde ser estancada graças a mecanismos de estabilização adotados pelos bancos centrais da Europa e do Japão. Esses mecanismos conseguiram manter uma imagem de uma economia sã, quando, na verdade, enormes déficits orçamentário e comercial, permanecem sem correção.

Apresentado como o pai da moratória brasileira, Funaro disse que essa decisão foi o resultado de desen-

tendimentos internacionais. Ele lembra que na história das moratórias nenhum país conseguiu transferir 5% de seu PIB, a título de serviço de sua dívida, como fez o Brasil. A moratória, segundo o ex-ministro, permitiu ao País economizar quatro bilhões de dólares, mantendo a capacidade de importação do Brasil e garantindo o seu crescimento econômico.

Sobre a proposta de Bresser Pereira de conversão de parte da dívida em títulos, mas com 30% de deságio, rejeitada pelos credores, Dílson Funaro afirma tratar-se de uma proposta não convencional sobre a qual não pretende fazer comentários, a não ser dizer que ela deveria ter sido discutida diretamente com os banqueiros e não com o secretário do Tesouro, James Baker.